

Resenha de Hartmut Rosa, *Energia Social: O Elo Perdido na Teoria Crítica**

Review of Hartmut Rosa, *Social Energy: The Missing Link in Critical Theory*

Reseña de Hartmut Rosa, *Energía Social: El Eslabón Perdido en la Teoría Crítica*

Fernanda Felix de Oliveira¹
Agemir Bavaresco²

DOI: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.2025.v16.1332>

Resumo

A resenha apresenta *Energia social: o elo perdido na teoria crítica* como uma intervenção de Hartmut Rosa para recolocar no centro da teoria social a pergunta pela força que põe a sociedade em movimento. O problema é que muitas explicações modernas descrevem estruturas e contradições, mas falham em indicar de onde vem a “energia” que sustenta práticas, engajamentos e mudanças, seja por ignorarem lutas e sofrimentos concretos, seja por reduzirem a motivação a um dado individual-psicológico. O objetivo é reconstruir a categoria de “energia social” como mediação entre estrutura, cultura e experiência vivida, avaliando seu alcance para diagnosticar crises contemporâneas. Como referência, toma-se o próprio livro de Rosa e sua proposta de compreender a modernidade como “estabilização dinâmica”, que exige investimento crescente de energia. Desenvolvem-se, então, a definição de energia social, a crítica às teorias que a subestimam, a articulação com a aceleração e com a crise ecológica, bem como a leitura de fenômenos como burnout e retração política, além da relação entre alienação e ressonância e a noção de mediopassividade. O resultado é a defesa de que “energia social” é um conceito promissor para interpretar exaustão subjetiva e fadiga democrática e para repensar o diagnóstico crítico do presente, ainda que peça maior fundamentação normativa e mediações empíricas mais explícitas.

Palavras-chave: Energia Social. Teoria Crítica. Aceleração Social. Alienação. Ressonância.

* Obra resenhada: ROSA, Hartmut. *Energia social: o elo perdido na Teoria Crítica*. Trad. Emil A. Sobottka e James William Santos. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2025.

¹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), nos programas de pós-graduação em Filosofia e de graduação em Filosofia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2610-1793>. E-mail: felix.fernanda@pucrs.br.

² Doutor em Filosofia pela Universidade Paris I (Pantheon-Sorbonne). Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7967-4109>. E-mail: abavaresco@pucrs.br.

Abstract

The review presents *Social Energy: The Missing Link in Critical Theory* as Hartmut Rosa's intervention to place at the center of social theory the question of the force that sets society in motion. The problem is that many modern explanations describe structures and contradictions but fail to indicate where the "energy" that sustains practices, commitments, and change comes from, either by ignoring concrete struggles and suffering or by reducing motivation to an individual-psychological given. The aim is to reconstruct the category of "social energy" as a mediation between structure, culture, and lived experience, assessing its scope for diagnosing contemporary crises. As a point of reference, the review draws on Rosa's own book and his proposal to understand modernity as "dynamic stabilization", which requires increasing investments of energy. It then develops the definition of social energy, the critique of theories that underestimate it, its articulation with acceleration and the ecological crisis, as well as readings of phenomena such as burnout and political withdrawal, alongside the relation between alienation and resonance and the notion of *mediopassivity*. The outcome is the claim that "social energy" is a promising concept for interpreting subjective exhaustion and democratic fatigue and for rethinking critical diagnoses of the present, even if it calls for stronger normative grounding and more explicit empirical mediations.

Keywords: Social Energy. Critical Theory. Social Acceleration. Alienation. Resonance.

Resumen

La reseña presenta *Energía social: el eslabón perdido en la teoría crítica* como una intervención de Hartmut Rosa para volver a situar en el centro de la teoría social la pregunta por la fuerza que pone a la sociedad en movimiento. El problema es que muchas explicaciones modernas describen estructuras y contradicciones, pero no logran indicar de dónde proviene la "energía" que sostiene prácticas, compromisos y cambios, ya sea por ignorar luchas y sufrimientos concretos, ya sea por reducir la motivación a un dato individual-psicológico. El objetivo es reconstruir la categoría de "energía social" como mediación entre estructura, cultura y experiencia vivida, evaluando su alcance para diagnosticar crisis contemporáneas. Como referencia, se toma el propio libro de Rosa y su propuesta de comprender la modernidad como "estabilización dinámica", que exige una inversión creciente de energía. Se desarrollan, entonces, la definición de energía social, la crítica a las teorías que la subestiman, su articulación con la aceleración y con la crisis ecológica, así como la lectura de fenómenos como el burnout y el retraimiento político, además de la relación entre alienación y resonancia y la noción de *mediopasividad*. El resultado es la defensa de que la "energía social" es un concepto prometedor para interpretar el agotamiento subjetivo y la fatiga democrática y para repensar el diagnóstico crítico del presente, aunque requiere una fundamentación normativa más sólida y mediaciones empíricas más explícitas.

Palabras clave: Energía Social. Teoría Crítica. Aceleración Social. Alienación. Resonancia.

Hartmut Rosa (nascido em 1965, Lörrach, Alemanha) é um dos principais representantes da chamada “nova Teoria Crítica”. Formado em Ciência Política, Filosofia e Estudos Germanísticos, doutorou-se na Universidade Humboldt de Berlim com uma tese sobre o comunitarismo de Charles Taylor, sob orientação de Axel Honneth. Atualmente é professor de Sociologia Geral e Teórica na Universidade Friedrich-Schiller de Jena e diretor do Max Weber Kolleg da Universidade de Erfurt, na Turíngia, posições a partir das quais desenvolve uma sociologia do tempo, analisando sob a perspectiva da teoria crítica e da tardo-modernidade centrada na experiência vivida dos sujeitos, considerando as características de uma sociedade cujo aspecto temporal é modificado como um processo contínuo de aceleração.

Seu percurso intelectual pode ser lido como um movimento em três grandes momentos teóricos. Primeiro, a elaboração de uma sociologia da aceleração, inaugurada em *Beschleunigung: Die Veränderung der Zeitstrukturen in der Moderne* (2005) e sistematizada em *Social Acceleration: A New Theory of Modernity* (2013)³, na qual a modernidade é descrita como regime de “estabilização dinâmica” ancorado em crescimento e inovação permanentes que vive uma intensificação da dinâmica de aceleração social, considerando os três aspectos: aceleração técnica, aceleração da mudança social e aceleração do ritmo de vida. Em seguida, Rosa desloca o foco para a relação responsiva com o mundo em *Resonanz. Eine Soziologie der Weltbeziehung* (2016), *Resonance: A Sociology of Our Relationship to the World* (2019), propondo a ressonância como contraponto à alienação e como eixo normativo para pensar a “vida boa” nas sociedades capitalistas avançadas, alicerçando uma nova forma de relação com o mundo a partir da ressonância. Mais recentemente, em *Unverfügbarkeit* (2018), *Uncontrollability of the World* (2020) e em ensaios programáticos, ele intensifica a crítica às relações interpessoais pautadas em dinâmicas temporais de aceleração e indisponibilidade e introduz a noção de “energia social”, buscando religar o diagnóstico de aceleração e ressonância à pergunta clássica da Teoria Crítica: de onde vem a força para transformar a sociedade? É nesse horizonte que se insere o volume *Energia social: o elo perdido na teoria crítica*, que apresenta, discute e problematiza essa nova categoria em diálogo com experiências e conflitos concretos.

³ A obra foi traduzida em Língua Portuguesa para *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade* (2019).

O novo livro de Hartmut Rosa introduz, de forma programática, a categoria de “energia social” como tentativa de relançar a Teoria Crítica no século XXI. A obra tem uma arquitetura simples, mas conceitualmente densa: um prefácio assinado pelos organizadores brasileiros, o ensaio central de Rosa sobre energia, um artigo de comentário que situa essa proposta no interior da tradição crítica e uma entrevista que explicita o caráter aberto, ainda exploratório, dessa nova categoria. Não se trata de um tratado sistemático, mas de um livro de intervenção teórica que busca redesenhar o horizonte da crítica social contemporânea.

O prefácio⁴ cumpre dupla função (Cf. Santos; Sobottka; Tziminadis, 2025, p. 12-14). Por um lado, oferece ao leitor de língua portuguesa um pequeno “mapa” da trajetória intelectual de Rosa: da análise da modernidade como sociedade da aceleração, passando pela virada da ressonância, até chegar à questão da energia social. Por outro, explicita o motivo filosófico que atravessa o volume: não basta descrever estruturas, instituições e sistemas; é preciso perguntar o que efetivamente impulsiona todo esse movimento. A curiosidade aqui não é apenas sociológica, mas quase metafísica: se admitimos, com a física que a realidade é sempre uma combinação de substância e movimento, de massa e energia, por que a teoria social permanece presa a imagens estáticas da sociedade?

O ensaio de Rosa parte justamente dessa constatação. Ele retoma a velha pergunta “por que existe algo em vez de nada?” (Rosa, 2025, p. 17), mas a desloca para o plano sociológico: “por que existe movimento em vez de inércia?” (Rosa, 2025, p. 18). Em outras palavras: por que as pessoas fazem o que fazem, por que instituições se transformam, por que surgem movimentos sociais, por que certos projetos históricos ganham tração enquanto outros permanecem marginais? Por que as sociedades se movimentam continuamente em direção a produtividade? Por que a energia não parece ser suficiente para a demanda social? Por que o tempo é escasso para a quantidade de demandas sociais? Por que a aceleração social é um processo contínuo?

As grandes teorias modernas – do marxismo à teoria dos sistemas, passando por Foucault – oferecem respostas parciais (capital, dinheiro, poder, comunicação) ou ainda nem consideram questões relativas ao tempo e sua força social. Mesmo dentro de pensadores da teoria crítica, as mudanças e os movimentos são analisados sob processos

⁴ No prefácio os autores apresentam que a obra *Aceleração, ressonância, energia: o elo perdido na Teoria Crítica* é “inédita e generosamente cedida para publicar primeiro em português” (Santos; Sobottka; Tziminadis, 2025, p. 12).

de racionalização, de diferenciação funcional, de individualização, de domesticação (Cf. Rosa, 2022, p. 15) e por essa razão que a dimensão temporal não tem a centralidade devida. Todavia, segundo Rosa, os pensadores tendem a subestimar a dimensão energética dos processos sociais, isto é, a capacidade efetiva de “fazer acontecer”. A busca pela compreensão da força que propulsiona ou dá origem⁵ parece estar inserida em uma questão inicial sobre o que gera o movimento. A proposição de Rosa deve ser compreendida para além das categorias metafísicas de movimento. Isso porque o autor parece buscar, por meio dialético, desenvolver um conceito de energia social que necessariamente apresente conexões com a realidade.

Rosa aponta que o movimento é uma categoria importante para representar a característica definidora de mundo. Para sustentar o argumento, o pensador refere Aristóteles, com a noção de “primeiro movente” e Tomás de Aquino com a noção de movente imóvel do mundo (Rosa, 2025). Não obstante, a noção de movimento poderia ser mencionada na compreensão de Heráclito sobre a realidade. Para Heráclito, a *arkhé*, substância primordial, seria o fogo, pois todas as coisas se modificam por meio do fogo (Barnes, 1987). Na ideia do fogo se expressa a noção de mudança, isto é, “[a] mudança é um caminho para cima e para baixo, e o mundo é gerado de acordo com isso” (Barnes, 1987, p. 107). Além disso, o fogo representa uma reação química que libera energia presente na busca de explicar racionalmente a origem de todas as coisas. Em suma, as noções, mesmo que como categorias metafísicas de realidade, de movimento e de energia parecem necessariamente imbricadas nas argumentações existentes na história da Filosofia sobre aquilo que propulsiona a realidade.

Rosa traça um paralelo entre Aristóteles e a definição de energia na física contemporânea, “como o potencial para colocar as coisas em movimento” (Rosa, 2025, p. 16). A energia se expressa de várias maneiras, mas é comum a relação, conforme referido pelo autor, na fórmula de Albert Einstein que estabelece uma equivalência entre energia e massa. Nesse sentido, Rosa infere que a “realidade parece ter dualidade de movimento e substância como sua característica constitutiva” (Rosa, 2025, p. 16). A física traz a compreensão de que “tudo é energia” e “tudo é matéria”⁶. Em vista da discussão

⁵ No início da argumentação de Rosa, ele cita a Física e Metafísica de Aristóteles e a busca pelo “primeiro movente”.

⁶ Sobre a questão massa e matéria, Rosa diz: “mesmo que aceitemos que massa não é o mesmo que matéria, podemos ver nisso uma convergência surpreendente das duas questões centrais da metafísica: por que existe

metafísica e física contemporânea, Rosa defende que utiliza dessa fundamentação na base de sua construção sobre energia social para buscar compreender quem ou o que está impulsionando a atividade do mundo (social) em movimento (Rosa, 2025).

A tese central do texto é a “energia social” (Rosa, 2025, p. 19). Inspirando-se na analogia com as ciências naturais, Rosa a define como a capacidade de produzir acontecimentos no mundo social, de ativar práticas, instituições e projetos. Essa capacidade não se deixa reduzir à soma das energias individuais: ela circula em redes de interação, em climas afetivos, em campos institucionais. Rosa também observa que a Teoria Crítica, desde a aproximação com a psicanálise, tendeu a localizar a questão da motivação e do desejo na psique individual – projetando automaticamente tensões estruturais no sujeito, como se este fosse apenas um “portador” pré-determinado de conflitos sociais. Rosa sustenta que as tentativas de explicar quais “energias” movem a vida social acabam falhando. Ele formula esse fracasso a partir de duas perspectivas complementares: I. Os atores sociais são, em certa medida, ignorados no tocante as lutas e os sofrimentos reais, considerando a tentativa de apresentar “as tensões e contradições estruturais derivadas da teoria social na psique individual” (Rosa, 2025, p. 20); II. As compreensões de energia motivacional estão em última instância localizadas no indivíduo, porque “são suas motivações e necessidades que fornecem a força. Que é então “moldada” pelas estruturas capitalistas” (Rosa, 2025, p. 21). Sob esse viés, Rosa reconfigura a “conexão micro-macro” como uma “conexão energética entre estrutura e cultura” (Rosa, 2025, p. 21). Assim, o autor acredita que um conceito de energia social é capaz de estabelecer essa relação entre estrutura e cultura ou indivíduo e sociedade. A tradição crítica perdeu a ocasião de pensar formas coletivas e relacionais de energia, que não se encaixam nem na oposição entre indivíduo e sistema, nem na simples distinção entre macro e micro.

A crítica à modernidade permanece no centro do diagnóstico. A ideia de “estabilização dinâmica”⁷ (Rosa, 2025, p. 26) – já conhecida dos leitores de Rosa – reaparece como chave de leitura: a sociedade moderna só se reproduz ao preço de crescimento contínuo, inovação permanente e aceleração em múltiplos níveis, para tanto

algo (matéria) ao invés de nada? E por que existe movimento (impulsionado por energia) ao invés de inércia?” (Rosa, 2025, p. 16).

⁷ Rosa afirma que “uma sociedade é moderna se ela só puder se estabilizar dinamicamente, ou seja, se estiver sistemática e estruturalmente dependente de um incremento permanente para se reproduzir e manter o *status quo* institucional” (Rosa, 2023, p. 30).

é “necessário o investimento de cada vez mais energia física e recursos, de energia psíquica e política” (Rosa, 2025, p. 24). Vista desse ângulo, a modernidade é “dinamicamente moldada e remodelada pela lógica de aceleração social” (Rosa, 2025, p. 24), permanentemente aquecida em um sistema que necessita de uma engrenagem contínua de produção e consumo.

O sistema como um todo não é o que produz o capital, mas sim as pessoas que trabalham e dispõe energia para alcançar o crescimento e a aceleração. Rosa corrobora essa visão reforçando que “a fonte de energia é a força de trabalho” (Rosa, 2025, p. 25). Nessa perspectiva, o autor define que a compreensão sobre o que é a força de trabalho é bastante limitada, muito embora a definição de como ela desempenha um papel estruturante no capitalismo seja bem desenvolvida.

Rosa apresenta uma crise físico-energética, ligada à devastação ambiental e à dependência de combustíveis fósseis, e uma crise de energia social, ligada aos fenômenos de esgotamento, burnout, depressão e retração da participação política. O autor utiliza, como introdução de uma crise de energia psíquica e mental, o cenário mundial de utilização de energias fósseis e a devastação do meio ambiente para evidenciar que “assim como aquecemos a atmosfera ambiental, queimamos as almas das pessoas” (Rosa, 2025, p. 29). A reprodução do sistema exige aportes crescentes de energia psíquica, afetiva e política, ao mesmo tempo em que os sujeitos se sentem cada vez menos capazes de investir-se em projetos significativos. Essa tensão entre um sistema hiperenergizado e sujeitos hiperestimulados e exauridos é uma das intuições mais fortes do livro. O autor ainda sinaliza os índices mundiais de esgotamento (*burnout*) e depressão e enfatiza que há uma preocupação com os números elevados entre jovens que sofrem com essas pressões do sistema aceleratório. Assim como para o sistema econômico o lucro nunca é suficiente, é preciso produzir mais, gerar mais capital, para os indivíduos a sua produção é (in)suficiente.

Os sujeitos acelerados sentem sua insuficiência, porque o impacto no ritmo de vida é devastador, as intermináveis listas de afazeres não são exequíveis e os indivíduos são constantemente convidados a sentir que não há tempo suficiente para tudo o que precisam fazer. A lista de elementos que gera esgotamento na sociedade acelerada é bastante grande, em linhas gerais, pode-se citar as demandas constantes combinadas com o ritmo de vida em que os indivíduos dormem menos e buscam facilidades que encurtem o seu tempo para demandas essenciais como comer – considerando o apelo ao fast-food.

Nesse sentido, o esgotamento é apresentado pelo autor, “inequivocamente experimentado como uma falta de energia” (Rosa, 2025, p. 30). Sob tal perspectiva, trata-se da energia vital. Rosa, sobre esse aspecto, conclui que a sociedade tardo-moderna demanda “o investimento cada vez maior de energia física e psíquica simplesmente para manter o sistema de acumulação de capital” (Rosa, 2025, p. 34). Não há avanço, mas sim manutenção de um sistema que demanda queima de energia constante e isso gera o “aquecimento da atmosfera e a um número crescente de esgotamento” (Rosa, 2025, p. 34). Dessarte, Rosa apresenta uma patologia da sociedade tardo-moderna o (des)equilíbrio energético.

Para o próprio Marx o capital se refere a uma relação social. Essa análise de estrutura e lógica processual que foi concedida em Marx, recebe um complemento importante na teoria crítica de que essa análise precisa contar com a compreensão dos poderes motivacionais que sustentam o investimento energético dos sujeitos como a esperança, o anseio, a frustração e o sofrimento vividos pelos indivíduos. Os processos de produção e acumulação de bens, característicos do sistema, necessitam das energias motivacionais dos sujeitos (Rosa, 2025)⁸. Rosa, então, defende que devemos “reconstruir as experiências dos sujeitos” (Rosa, 2025, p. 37), isso se deve à necessidade de considerar a energia social que “permeia, impulsiona e sustenta o capitalismo” (Rosa, 2025, p. 37). Essa energia pode ser compreendida como o combustível psicossocial que abastasse a estrutura do sistema. Assim, o autor visa estabelecer o conceito de “energia social como o elo crítico entre [...] estrutura e cultura” (Rosa, 2025, p. 38).

Nesse contexto, a teoria da ressonância ganha nova função. Se, em obras anteriores, ela aparecia sobretudo como contraste à alienação – um modo de relação com o mundo marcado por responsividade, autoeficácia e transformação recíproca –, aqui ela é reinterpretada em termos energético. A alienação pode ser descrita como bloqueio, distorção ou canalização destrutiva de energia social; a ressonância, por sua vez, como forma em que a energia flui, se renova e se intensifica sem destruir o outro, preservando sua indisponibilidade⁹. Em vez de falar apenas de reconhecimento ou de redistribuição,

⁸ Rosa salienta que “[a] Escola de Frankfurt baseia-se quase constitutivamente na compreensão de que os processos de mediação entre a estrutura social e a psique são mais complexos e tensos do que Marx supunha, e que algo como uma lógica intrínseca da psique ou do sujeito deve ser levado em consideração” (Rosa, 2025, p. 36).

⁹ O termo indisponibilidade é utilizado, por vezes, como sinônimo de incontrolabilidade devido à tradução de *Unverfügbarkeit*. A obra em inglês foi traduzida para *The Uncontrollability of the World*, mas a ideia central de Rosa parece ser sobre a (in)disponibilidade.

Rosa sugere que precisamos considerar também onde e como se produzem ressonâncias que energizam sujeitos e coletividades. Rosa, de certo modo, reinterpreta a alienação em termos de fechamento do indivíduo para o mundo com relação a energia, segundo ele seria uma forma de “distorção no fluxo de energia entre os sujeitos e o mundo que foi definida como uma “relação de não-relação”” (Rosa, 2025, p. 45). A alienação exerce um papel de desconexão, o sujeito não tem relação com o mundo. O sujeito é incapaz de escutar o chamado do mundo e das relações intrínsecas a ele, e nesse sentido, Rosa associa o esgotamento e a depressão como “manifestações mais radicais de alienação” (Rosa, 2025, p. 41). Essas patologias se expressam na indisponibilidade do indivíduo para o outro e para o mundo, não há energia para cumprir as condições de possibilidade da ressonância, sendo elas: “a←fetação, auto→eficácia¹⁰, transformação e incontrolabilidade” (Rosa, 2025, p. 41). A ressonância expressa uma relação genuína que não pode ser mercantilizada ou forjada na força da produção, mas sim uma energia única que se desenvolve de modo a conectar o indivíduo com o outro e com o mundo e se sentir tocado por isso capaz de ser transformado nessa relação.

Um ponto inovador do ensaio é a introdução da noção de “mediopassividade” (Rosa, 2025, p. 43). O autor salienta que não havia tomado consciência de que quando se trata de ressonância, as formas de exemplificação, quase nunca envolvem o sujeito desempenhando alguma tarefa, e isso leva que a ressonância não parece iniciar por um investimento direto (Rosa, 2025). Isso gera uma questão fundamental sobre esse aspecto que é: seria a ressonância um processo ativo ou passivo? Rosa apresenta uma chave interpretativa chamada de “mediopassividade” ou terceira voz.

O termo é inspirado em línguas que conhecem um modo verbal intermediário entre voz ativa e passiva¹¹. Certas experiências – apaixonar-se, ser tocado por uma obra de arte, entrar em sintonia com um movimento social – não são algo que simplesmente fazemos, de modo ativo, nem algo que simplesmente nos acontece, de modo passivo: são processos em que sujeito e mundo se põem em movimento conjunto. Para Rosa, é nesse plano mediopassivo que a energia social melhor se deixa captar; por isso, abordagens que reduzem tudo à pergunta “quem faz o quê a quem?” deixam escapar uma dimensão

¹⁰ As setas indicam “o fluxo dinâmico e circular de energia” (Rosa, 2025, p. 41) nos elementos definidores de uma relação ressonante.

¹¹ Rosa explicita que “[l]ínguas não europeias ou não contemporâneas (como hebraico, sânscrito, grego antigo, persa etc.) conhecem, na verdade, um terceiro modo linguístico, ou voz, além do ativo e do passivo, para capturar tais ações/acontecimentos” (Rosa, 2025, p. 44).

decisiva dos processos sociais. A mediopassividade seria o que melhor explica a forma de energia que “circula entre sujeito e objeto” (Rosa, 2025, p. 44). Isso concretiza o projeto de Rosa de construir uma forma racional, e não esotérica, de explicar a energia social circulante.

O capítulo de comentário de Santos e Sobottka (Rosa, 2025, p. 79-94) desempenha papel importante na recepção do texto. Ele reconstrói, de forma clara, a passagem da teoria da aceleração para a da ressonância, e mostra como a proposta de energia social pretende ser um “elo perdido” entre o diagnóstico estrutural das patologias do capitalismo e a análise das experiências vividas. Os autores enfatizam o caráter metodológico da noção: falar em energia social significa obrigar a teoria a articular, numa mesma chave, dados empíricos, experiências subjetivas, narrativas culturais e lutas sociais. Ao mesmo tempo, deixam claro que se trata de um conceito em construção, mais um projeto de pesquisa do que uma teoria fechada.

A entrevista com Rosa reforça essa impressão. Longe de apresentar a energia social como nova “palavra mágica” capaz de responder todas as questões não resolvidas na teoria crítica, o autor insiste em seu caráter exploratório: o livro não oferece uma teoria acabada da energia social, mas um caminho teórico de partida para compreensão da energia social. O leitor é convidado a perceber seus próprios contextos – políticos, eclesiais, acadêmicos – como campos onde energias são produzidas, canalizadas, bloqueadas ou transformadas. Isso tem um efeito fecundo para a Teoria Crítica: desloca a discussão de um plano puramente normativo (o que seria uma sociedade justa?) para um plano diagnóstico-prático (de onde viria a energia para transformá-la?).

Como resenha crítica, é importante registrar também algumas questões em aberto que considerando o ponto de análise do início da construção do autor sobre energia social podem ser eixos com potencial de desenvolvimento para a teoria.

O primeiro ponto diz respeito à matriz conceitual que sustenta a sociologia de Rosa. As três noções que organizam todo o seu projeto – aceleração, ressonância e energia social – são explicitamente derivadas da física moderna. Aceleração remete a transformações no eixo espaço-tempo; ressonância é tomada como metáfora para um tipo específico de relação vibrátil entre sujeitos e mundo; energia é definida como capacidade de produzir movimento. Rosa supõe que essas categorias mantêm plena validade diagnóstica para pensar a modernidade tardia. No entanto, o horizonte científico que as gerou – a física clássica e a física do início do século XX – já foi profundamente

transformado por novas matrizes teóricas. Embora o autor considere esses avanços e busque uma construção que atualiza a compreensão teórica desses fenômenos, eles são categorias que precisam ser superadas e contextualizadas. Fica em aberto se um projeto de teoria social que se ancora justamente nessa constelação categorial não corre o risco de naturalizar um certo modo moderno de entender movimento e causalidade, em vez de problematizá-lo.

Há aqui uma tensão adicional. Por um lado, Rosa reivindica a herança da Escola de Frankfurt e de Marx, retendo categorias como alienação, reificação e aceleração para caracterizar a ontologia dos antagonismos sociais. Por outro lado, procura superar as deficiências da primeira geração frankfurtiana por meio das novas categorias de energia social e ressonância. O ponto cego é que essas categorias “físicas” acabam servindo, no fundo, para nomear dimensões morais e éticas da sociedade burguesa: coesão normativa, motivação para o engajamento, experiência de reconhecimento, capacidade de se vincular a formas de vida. A pergunta que se impõe é se a linguagem da física é realmente a mais adequada para descrever tais fenômenos, ou se ela não continua prisioneira de um imaginário moderno de dominação técnica do mundo, justamente aquele que a Teoria Crítica se propunha a interrogar.

A própria autocrítica de Rosa à Escola de Frankfurt evidencia esse paradoxo. Ele acusa os frankfurtianos de terem negligenciado as “forças morais” de coesão social, apesar de falarem constantemente do “fator subjetivo”, que, no entanto, permanece abstrato. Ao invés de desenvolver diretamente uma teoria das fontes morais, jurídicas e políticas de integração – como tentará fazer, por outra via, a teoria do reconhecimento – Rosa desloca essa problemática para o vocabulário de ressonância e energia. Com isso, corre o risco de mascarar conflitos normativos e lutas por justiça sob a forma mais neutra de carências energéticas ou bloqueios de ressonância, perdendo densidade propriamente ética.

Daqui decorre outro ponto de atenção, de natureza normativo-ética. Em Rosa, ressonância é apresentada como relação “boa” com o mundo, em contraste com a alienação. No entanto, os critérios normativos que permitem qualificar essa relação como desejável permanecem pouco desenvolvidos. Há uma confiança de fundo na experiência de “vida boa” tal como é vivida e narrada pelos sujeitos – confiança que reflete a inspiração em Charles Taylor –, mas ela não se traduz em uma teoria robusta da justiça, dos direitos ou das condições materiais de emancipação.

Ao descrever a modernidade como regime de “estabilização dinâmica” e aceleração permanente, Rosa oferece um diagnóstico poderoso da temporalidade capitalista, mas, ao mesmo tempo, esvazia o núcleo propriamente político-econômico do capitalismo como modo de produção e de dominação. O capital aparece sobretudo como princípio de movimentação incessante, não como forma específica de exploração do trabalho, de apropriação de riqueza e de poder de classe. A linguagem de energia social e de ressonância tende a homogeneizar o espaço social, fazendo com que diferentes sujeitos – capitalistas, trabalhadores, classes médias, populações racializadas – apareçam todos como igualmente “exaustos” e “desenergizados” pelo sistema, quando, na realidade, suas posições e interesses são profundamente assimétricos.

Isso produz um tipo de crítica ao capitalismo que é, ao mesmo tempo, abrangente e politicamente indeterminada. Todos sofrem igualmente com a aceleração; todos carecem de ressonância; todos são afetados pela crise ecológica e pela crise de energia motivacional. O risco é dissolver conflitos de classe e antagonismos estruturais em um grande mal-estar difuso, que demanda mais “boa vida” e mais “relações ressonantes”, mas não aponta com clareza para estratégias de confronto com o poder econômico e político. A consequência é uma Teoria Crítica que diagnostica com precisão a patologia temporal da modernidade, mas hesita em nomear os agentes e as estruturas responsáveis por sua reprodução.

Os antagonismos sociais concretos e atravessamentos interseccionais (classe, raça, gênero, colonialidade) não parecem ter a centralidade necessária. A modernidade é descrita, em linhas gerais, a partir da experiência europeia ocidental, com algumas extensões à América do Norte. A aceleração do tempo histórico, a generalização de estruturas competitivas, a multiplicação de esferas de vida e a erosão de vínculos tradicionais são tratados como tendências globais, sem uma consideração mais detida das formações sociais periféricas, das histórias coloniais e pós-coloniais, das cosmologias e temporalidades não modernas.

Isso tem consequências diretas para o conceito de energia social. As fontes de energia moral, simbólica e política que alimentam lutas de povos indígenas, movimentos negros, feminismos decoloniais ou experiências comunitárias de base eclesial, por exemplo, não cabem facilmente no modelo europeu de modernidade acelerada. Em que medida se trata das mesmas “energias” e “ressonâncias” descritas por Rosa no contexto do Sul Global? Em que medida essas experiências não exigiriam categorias próprias,

enraizadas em outras tradições filosóficas, religiosas e políticas? Ao não enfrentar plenamente essa questão, a teoria corre o risco de universalizar uma experiência localizada em territórios, precisamente num momento em que a Teoria Crítica é desafiada a pluralizar suas fontes e horizontes.

Hartmut Rosa descreve como o capitalismo moderno transforma o tempo em linha reta acelerada: para manter a sociedade “estável”, tudo precisa andar cada vez mais rápido, consumindo nossa energia social, gastando muita energia, ou toda, para não sair do lugar.

Já o confronto entre aceleracionismo e cosmovisões amazônicas mostra outra coisa: não existe um tempo único nas experiências sociais, mas muitos ritmos – circulares, sazonais, rituais –, em que a floresta, os rios e os espíritos têm seu próprio tempo. Sob tal perspectiva, é possível dizer que Rosa considera o sistema como todo e não considera, diretamente, as formas de viver de diferentes locais. O lugar¹² é fundamental na consideração da análise da energia social, porque ele baliza a história, a identidade e a relação (Augé, 1994). Todavia, Rosa demarca que a aceleração social tem como uma de suas características a supressão do espaço à medida que o tempo ganha a proporção de centralidade, isto é, o tempo acelerado é uma forma de controle que não necessita do espaço ou mesmo de indivíduos situados no seu processo identitário que se situa no seu território, mas sim de indivíduos produtivos que compreendam o tempo como uma forma de mensurar os processos pelos quais devem executar. Esse tipo de alienação embora seja característico da aceleração, não pode desconsiderar o fato de que há elementos específicos de culturas e sociedades que estão em um contramovimento de aceleração – mas para Rosa esse não é o retrato atual da sociedade como um todo.

Rosa faz uma crítica interna ao tempo linear acelerado da modernidade; as cosmovisões amazônicas oferecem uma crítica externa e localizada, lembrando que a vida não cabe num único relógio: enquanto o sistema quer acelerar tudo, a Amazônia¹³, a exemplo dos povos indígenas, insiste em defender a pluralidade de tempos e a circularidade dos ciclos que sustentam a existência. Sob tal perspectiva, é possível ainda afirmar que há diferentes dimensões temporais que são constantemente ameaçadas pelos

¹² O lugar antropológico segundo Marc Augé diz respeito aos “percursos que nele se efetuam, dos discursos que aí se sustentam e da linguagem que o caracteriza” (Augé, 1994, p. 70).

¹³ É importante salientar que o bioma reúne “mais de 180 povos indígenas, além de vários grupos isolados vivendo no bioma” (ISPN). Portanto, utiliza-se o termo para apresentar os modos de vida, saberes e cosmologias que nele se produzem.

reflexos do sistema capitalista no mundo e pela marginalização de grupos que não se enquadram na condição de espaço e tempo de o sistema impõe.

Esses pontos críticos não anulam a potência do projeto de Rosa, mas ajudam a situá-lo criticamente e, possivelmente, convida a localizar esses indivíduos acelerados. Eles indicam que a categoria de energia social só realizará sua promessa se for articulada com uma teoria robusta das fontes morais de coesão, com uma análise material das relações de classe e de dominação, com uma metodologia empírica clara e com um diálogo efetivo com experiências históricas e culturais para além do eixo europeu. Apesar dessas reservas, o balanço é amplamente positivo.

O livro consegue reabrir, em chave contemporânea, uma pergunta que acompanha a filosofia social desde Aristóteles e Marx: quem move a sociedade, e em que ritmo? Ao recolocar essa questão no centro da Teoria Crítica, Rosa oferece uma ferramenta promissora para pensar a crise ecológica, a fadiga democrática, a exaustão subjetiva e também as brechas de ressonância e criação de mundo que ainda emergem no interior da modernidade tardia. Para o leitor brasileiro, há ainda um ganho adicional: o volume insere a recepção de Rosa no país em diálogo estreito com autores locais, abrindo espaço para pesquisas que articulem aceleração, ressonância e energia social a partir de nossos próprios conflitos e esperanças.

Como livro breve, mas teoricamente ambicioso, *Energia social: o elo perdido na teoria crítica* não entrega respostas prontas; ele convida a refazer perguntas fundamentais e desempenha um processo dialético de construção conceitual. Em tempos de cansaço social e de hiperexcitação sistêmica, isso já é, por si só, um gesto crítico relevante.

Referências

AUGÉ, Marc. *Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad. Maria Lúcia Pereira, Campinas: Papirus, 1994.

BARNES, J. *Early greek philosophy*. London: Penguin Books, 1987.

ISPN, Instituto Sociedade, População e Natureza. *Os povos da floresta*. Biomas: Amazônia. Disponível em: <https://ispn.org.br/biomas/amazonia/os-povos-da-floresta/>. Acesso em: 21 dez. 2025.

ROSA, Hartmut. *A democracia necessita de religião: uma relação sui generis de ressonância*. Trad. Emil A. Sobottka. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2023.

ROSA, Hartmut. *Alienação e aceleração: por uma teoria crítica da temporalidade tardo-moderna*. Trad. Fábio R. Lucas. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

ROSA, Hartmut. *Energia social: o elo perdido na Teoria Crítica*. Trad. Emil A. Sobottka e James William Santos. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2025.

Santos; Sobottka; Tziminadis. Prefácio. IN: ROSA, Hartmut. *Energia social: o elo perdido na Teoria Crítica*. Trad. Emil A. Sobottka e James William Santos. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2025.

Recebido em: 21/12/2025

Aprovado em: 27/12/2025